

BOLETIM INFORMATIVO

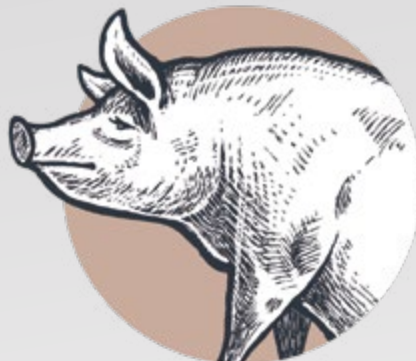
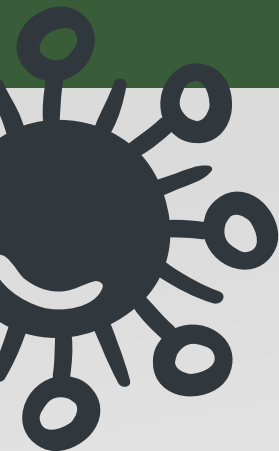
A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1512 | 04/05/2020 a 10/05/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



DESAFIO

O AGRO NA ERA CORONAVÍRUS

Doença impôs uma nova realidade dentro e fora da porteira, exigindo adaptações nas formas de produzir e comercializar

sistemafaep.org.br



Aos leitores

O momento que a humanidade atravessa exige, mais do que cuidados e prevenção, uma reflexão de como será o mundo pós-coronavírus. Trazendo para a realidade do campo, as formas de produção dentro da porteira e a relação comercial fora dela sofreram transformações. E, provavelmente, essa mutação irá continuar por algum tempo (ou, quem sabe, por muito tempo). Afinal, o que se desenha daqui para frente é uma nova forma de relação entre as pessoas (inclusive comercial) e uma nova maneira de a sociedade se comportar.

Diante deste desafio, nunca antes visto, tão importante quanto os cuidados com a saúde é a informação. Por isso, esta edição do Boletim Informativo está repleta de matérias relacionadas ao agronegócio e ao coronavírus. Esse compilado praticamente permite que todos os elos da cadeia produtiva fiquem a par do que está acontecendo no campo e os inevitáveis impactos. De forma direta, as matérias trazem orientações de como proceder no dia a dia das tarefas rurais, que como todos sabem, não podem e não vão parar.

Ainda dentro deste cenário de um setor que segue produzindo, o Sistema FAEP/SENAR-PR continua à disposição dos milhares de produtores e trabalhadores rurais do Paraná. Pois, apesar das dificuldades impostas, a pandemia permite aproximar ainda mais o agronegócio estadual.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos e William Goldbach
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1512:

Arquivo FAEP, Divulgação, Fernando Santos e Shutterstock.

ÍNDICE

CENÁRIO MUNDIAL

Pandemia do coronavírus irá provocar recessão no planeta, mas setor agropecuário deve, de certa forma, passar à margem

PÁG. 4

ALENTO NO CAMPO

Série de medidas econômicas e administrativas auxilia produtores durante a pandemia

Pág. 10

PREVENÇÃO

Boas Práticas Agropecuárias, presentes em cursos do SENAR-PR, colaboram nos cuidados contra o coronavírus

Pág. 16

FEIRAS ONLINE

Iniciativas em várias cidades do Estado ajudam produtos do campo a chegarem aos consumidores

Pág. 20

MATA ATLÂNTICA

Com atuação da FAEP, Ministério do Meio Ambiente reconhece áreas consolidadas no bioma Mata Atlântica

Pág. 26

LICENÇA AMBIENTAL

Novas regras do IAT permitem que processos de vistorias continuem durante o isolamento social

Pág. 28

Agrinho e PER são cancelados em 2020

Programas terão suas respectivas edições deste ano suspensas por conta da pandemia do coronavírus, com retomada em 2021



A pandemia de coronavírus e seus impactos em praticamente todas as áreas da vida em sociedade ocasionaram também o cancelamento da edição 2020 de dois dos principais programas promovidos pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. O Programa Agrinho e o Programa Empreendedor Rural não serão realizados neste ano, mas voltarão à ativa em 2021. Além da decisão estar alinhada com as orientações de segurança dos órgãos oficiais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, a medida busca valorizar as duas iniciativas em sua plenitude.

Em um contexto no qual as escolas das redes pública e particular estão paralisadas, por exemplo, seria inviável promover o Agrinho em toda sua potencialidade. Maior programa responsabilidade social do Sistema FAEP/SENAR-PR, anualmente a iniciativa envolve mais de 1 milhão de alunos e cerca de 80 mil professores, de praticamente todos os municípios do Paraná.

Diante da decisão, o material didático do Programa Agrinho, que passou por uma atualização neste ano, para contemplar as inovações apresentadas na área da educação e trazer novos temas de acordo com a evolução do campo, não será distribuído às escolas parceiras. Ainda, o evento de encerramento, marcado inicialmente para o dia 19 de outubro, em Curitiba, também está cancelado.

Empreendedor Rural

O Sistema FAEP/SENAR-PR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) não irão realizar a edição 2020 do Programa Empreendedor Rural (PER). Desta forma, as 50 turmas previstas para esse ano, em diversas regiões do Paraná, foram canceladas, assim como o evento de encerramento, marcado inicialmente para o dia 20 de novembro, em Curitiba.

Desde 2003, o programa tem como objetivo estimular o empreendedorismo rural em todo o Estado, premiando os melhores projetos desenvolvidos para implementação de melhorias nas propriedades rurais e gerenciamento de oportunidades de negócios. Mesmo assim, os produtores rurais paranaenses poderão contar, ao longo de 2020, com mais de 400 cursos do SENAR-PR para ajudar na implantação e modernização de negócios dentro da porteira.

Agrinho EaD

Apesar da suspensão da edição 2020, as capacitações do Programa Agrinho no formato EaD (Educação a Distância) seguem à disposição dos professores. Os cursos podem ser feitos por pessoas de qualquer região do Paraná, por meio do portal de cursos do SENAR-PR (www.senarpr.org.br).

Apesar da recessão mundial, agro do Paraná deve manter ritmo de exportações

Mesmo com o recuo do comércio internacional, exportações de soja e carnes devem sofrer menos impacto. Brasil abre novos mercados

Por Felipe Aníbal

Em março, a Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou um estudo em que prevê que a pandemia do novo coronavírus irá provocar recessão em escala global. Conforme as projeções da entidade, o comércio mundial deve despencar entre 12,9% (no cenário mais positivo) e 31,9% (nas perspectivas mais negativas). A recuperação da economia só começaria a ocorrer ao longo de 2021. Apesar dessas perspectivas, a habilitação de novos frigoríficos, a demanda externa crescente por alimentos e as características dos principais produtos exportados pelo agronegócio levam a crer que o setor sofra menos que outras atividades econômicas.

Para os economistas da OMC, os efeitos do surto de Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus) na economia sejam mais severos dos que os sentidos na crise financeira internacional de 2008. Conforme avaliação do diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, o foco dos países deve ser controlar a

pandemia e, em segundo plano, mitigar as consequências econômicas. Dividido por regiões, o levantamento prevê a queda de 12,9% das exportações de países da América do Sul e Central, no cenário positivo; e de 31,3%, no cenário pessimista.

“Os inevitáveis declínios no comércio e na produção terão consequências dolorosas para famílias e empresas, além do sofrimento humano causado pela própria doença”, disse Azevêdo. “Esses números são feios, não há como contornar isso. Mas uma recuperação rápida e vigorosa é possível. (...) O comércio internacional será um ingrediente importante, juntamente com a política fiscal e monetária. Manter os mercados internacionais [exportações e importações] abertos e previsíveis, além de promover um ambiente de negócios mais favorável em geral, será fundamental para estimular o investimento renovado de que precisaremos”, acrescentou o diretor-geral da OMC.





Recuperação

Apesar da recessão vertiginosa esperada para 2020, a OMC projeta que a recuperação deve se dar de forma rápida, ao longo de 2021. No cenário otimista, as exportações dos países da América do Sul e América Central podem aumentar 18,6% no ano que vem, compensando, com sobras, a retração esperada para 2020. Na projeção pessimista, no entanto, as nações da região devem ampliar as vendas externas em 14,3%, compensando apenas em partes a queda prevista para este ano.

“O interessante é que, embora a previsão seja de queda generalizada no comércio entre os países em 2020, já no ano que vem a recuperação deve ocorrer de forma muito rápida. No caso da América do Sul, por exemplo, o cenário positivo projeta não só uma recuperação, mas um crescimento além do patamar em que as exportações estavam antes”, comentou Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico Econômico do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Em alta

Um dos indicadores que ajudam a formar convicção que o agronegócio brasileiro deve sofrer menos os impactos da crise são as exportações. No primeiro trimestre deste ano (já no período da pandemia), o Paraná ampliou em 2,25% o volume de vendas externas de produtos agropecuários, chegando a 5,3 milhões de toneladas. Com esse comércio, o Estado faturou US\$ 2,7 bilhões, que, convertidos para reais, representam um aumento de receita da ordem de 14,7%.

2,25%

Este foi o aumento no volume de vendas externas que o Paraná obteve com produtos agropecuários de janeiro a março de 2020

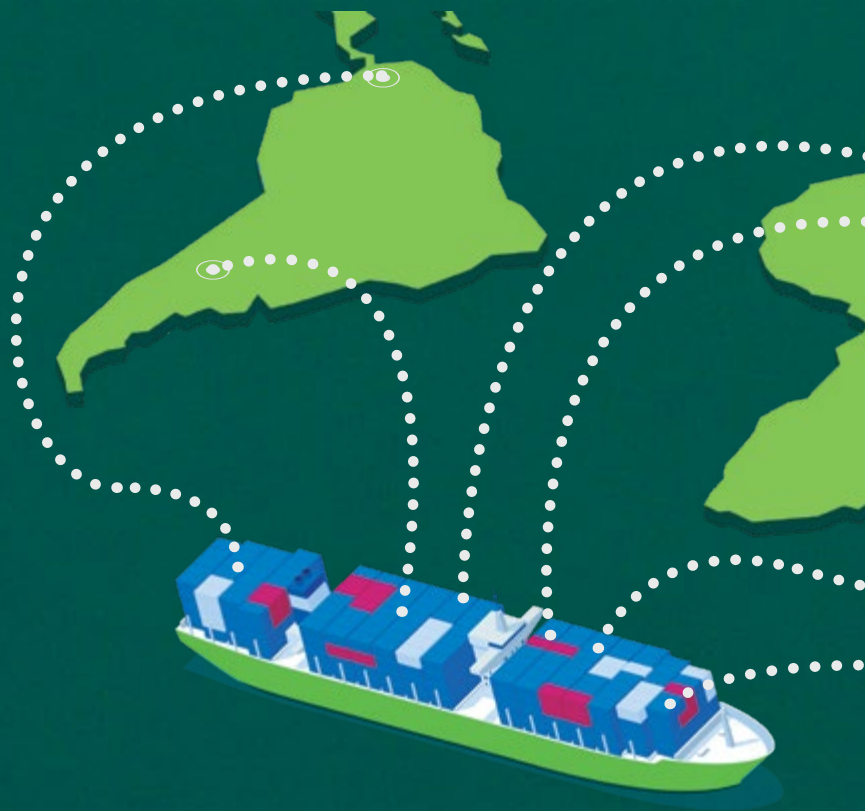
“Até este momento, a pandemia não afetou negativamente as nossas exportações. E a tendência é de que não afete tanto em razão das características dos nossos produtos exportados, que são, principalmente, grãos e carnes, que têm uma grande demanda, principalmente por parte da China”, destacou Ferreira.

Os números comprovam a visão do economista. No primeiro trimestre de 2020, os embarques do complexo soja foram 7,3% maiores, chegando a 3,2 milhões de toneladas. As exportações de carnes tiveram aumento de 8,1%, atingindo 475 mil toneladas e as vendas de produtos do complexo sucro-energético saltaram 91%, totalizando 319 mil toneladas. Ou seja, a demanda segue aquecida para os principais produtos da pauta de exportação do agronegócio paranaense.

Outro fator que deve fazer com que o setor agropecuário passe a crise com menos solavancos é o câmbio. Com o dólar operando bem acima da casa dos R\$ 5,00, os produtos brasileiros ganham competitividade no mercado internacional. Apesar de as cotações das commodities agrícolas, cujo preço é definido em bolsas de valores, estarem em queda desde o início do ano, o câmbio acaba compensando este movimento. “Como o dólar está muito valorizado, na conversão para reais, o produtor brasileiro sai ganhando”, sintetiza o técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Nesta conjuntura, a tendência é de que a demanda internacional por produtos agropecuários comercializados pelo Paraná continue forte. Um bom indicador é a comercialização da safra de soja: até agora, 54% do volume já foi negociado, enquanto na safra passada, no mesmo período, apenas 28% haviam sido vendidos.

“O setor vai sofrer, é claro, algum impacto. Mas de forma diferente, de acordo com cada cadeia. Carnes e grãos devem ser menos afetados, porque a demanda internacional por esses produtos continuará alta. Já os produtos que não têm correlação de exportações nem formação de preços externos devem ser mais prejudicados. É o caso do setor lácteo, de frutas e de hortaliças”, analisou Ferreira.



Mesmo em meio à crise, Brasil abre novos mercados

Desde o início da pandemia, o Brasil recebeu diversos pedidos de abertura de novos mercados, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em março, 11 ações de abertura ou ampliação de mercados internacionais foram concretizadas.

“Temos recebido muitos pedidos de informação para aberturas de novos certificados. É uma demonstração de que o mundo está preocupado e vê o Brasil como motor de exportações do agronegócio. É uma janela maior de oportunidade que pode se abrir”, disse a ministra Tereza Cristina.

De acordo com o Mapa, as aberturas ou ampliação de mercados se concentram, principalmente, no setor de carnes, em especial, bovina e de frango, e em material genético avícola. Uma das ampliações diz respeito ao Egito, que habilitou 27 novos estabelecimentos brasileiros para exportação de carne de frango e renovou a autorização de outros 13. Os egípcios também habilitaram 15 novos frigoríficos de carne bovina e renovaram a certificação de 82 plantas.

O Brasil também abriu mercado com o Marrocos (para exportar pintos e ovos férteis), com a Argentina (para envio de lácteos para alimentação animal e para exportação de embriões bovinos, sêmen suíno e carne de rã), com os Emirados Árabes (para venda de ovos férteis e pintos) e com a Colômbia (carne bovina). Além disso, a China aprovou a



lista de frigoríficos brasileiros a exportar pescados e a Indonésia aumentou em 20 mil toneladas a cota de importação de carne bovina do Brasil. Estão em negociação a intensificação de exportações de carne bovina e de frango à Malásia e Cingapura.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Jorge Camardelli, também cita a abertura dos Estados Unidos que, desde fevereiro, vêm comprando matéria-prima brasileira para a fabricação de hambúrguer. Além disso, ele aponta que a estruturação da cadeia produtiva permite que o Brasil venha a atender a demandas de outros países.

“Temos o potencial da indústria voltado tanto para o mercado interno, quanto para o externo. Mas o que a gente vê é que, posteriormente a essa crise, haverá uma oportunidade, com mercados necessitando muito de matéria-prima”, disse Camardelli. “A gente precisa, primeiro, colocar a nossa bandeira nos novos mercados, independentemente do volume exportado. Depois, oportunizarmos o que temos de melhor: oferta, preço competitivo e um produto verde”, acrescentou.

Principal parceiro

Principal parceiro comercial do Brasil, a China é peça-chave neste contexto. Em março, o Brasil exportou 126 mil toneladas de carne bovina ao gigante asiático – um recorde histórico para o mês. O consultor Felipe Reis, da Scot Consultoria, relembra que, além de ter sido o epicentro inicial

do novo coronavírus, a China também enfrenta um surto de Peste Suína Africana (PSA), que dizimou mais da metade do rebanho de suínos do país. Em razão disso, a nação oriental, que tem quase 1,4 bilhão de habitantes, deve continuar mantendo sua demanda por proteína animal de outros países.

“Aí, o Brasil surge como grande oportunidade para eles [China]. Nós temos produção suficiente para atender ao mercado interno e, ainda, exportar um bom volume. Eles podem vir procurar o produto brasileiro com mais força. Apesar dos desgastes ocorridos [decorrentes de declarações do deputado federal Eduardo Bolsonaro e do ministro da Educação, Abraham Weintraub], a relação entre os dois países sempre foi muito boa”, apontou Reis.

A ressalva do consultor da Scot diz respeito ao mercado interno. Reis aponta que, no início da pandemia, alguns frigoríficos saíram das compras e chegaram a dar férias coletivas aos funcionários. Paralelamente, a consultoria diagnosticou um esfriamento das compras internas de carnes.

“Nesse período de quarentena, tivemos a diminuição da demanda em mercado interno via estabelecimentos, como restaurantes, bares e lanchonetes, que estão fechados. Outro ponto que pesa é que, com a população em quarentena, a tendência é a redução do consumo de carne, com as pessoas optando por congelados e enlatados”, disse Reis. “Por enquanto, temos grandes incertezas. Só mais para o fim de abril é que vamos ter um cenário mais claro que como se comportou o mercado interno e como foi a demanda internacional”, acrescentou.

Portos do Paraná garantem escoamento em meio à pandemia

Terminais de carga e descarga tomaram uma série de medidas de prevenção para garantir a movimentação das riquezas do Estado

A Portos do Paraná, administradora dos terminais de movimentação de cargas no Litoral do Estado, segue com as operações a todo vapor, apesar da crise causada pela pandemia do novo coronavírus. Com a tomada de uma série de medidas de prevenção para proteger os funcionários e pessoas que circulam pelo local, as atividades portuárias acontecem dentro da normalidade. Isso envolve desde a chegada dos caminhões, a recepção nos armazéns, as atividades nas balanças, entre outros serviços.

Para o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, o esforço para a garantia do funcionamento dos terminais foi fundamental para o escoamento da produção agropecuária. “Os administradores dos portos do Paraná demonstraram que têm compromisso com os milhares de empregos e riquezas geradas pelo campo paranaense. Assim como os agricultores e pecuaristas seguem firme na sua missão de alimentar o mundo, a operação dos terminais portuários garante que nossos produtos cheguem no prado de milhões de pessoas ao redor do mundo”, detalhou.

Meneguette reforça que de nada adiantaria o esforço diário de produtores em todo o Estado, que também tomaram medidas de prevenção e seguem suas rotinas de trabalho para garantir a produção, se não houvesse condições para a circulação desses alimentos. “A cadeia produtiva do agronegócio é um mecanismo que funciona em perfeito equilíbrio, e todas as engrenagens precisam estar alinhadas para seguirmos em frente e garantirmos a superação dessa crise pela qual estamos passando”, recomendou.

Nos três primeiros meses de 2020, os portos do Paraná movimentaram 12,5 milhões de toneladas de cargas em geral. Grosso modo, foram 4,1 milhões de toneladas por mês no primeiro trimestre. Do dia 1º ao dia 30 de abril, segundo dados preliminares da administração, passaram pelos terminais 5,2 milhões de toneladas, o que demonstra que a movimentação ficou acima da média dos três primeiros meses deste ano.

“O fluxo nos portos paranaenses está normal, em que pese a atual situação de pandemia. Os terminais estão ativos, cumprindo metas de produtividade, os tempos operacionais estão ágeis, os órgãos anuentes seguem mantendo a agilidade na liberação das atracções”, garante o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Recorde

O diretor de Operações da Portos do Paraná, Luiz Teixeira da Silva Júnior enfatiza que os portos têm até mesmo alcançado recordes nos índices de produtividade, principalmente nas exportações dos grãos sólidos, que incluem produtos como soja, milho, farelo e outros itens agrícolas. “Quando falamos em produtividade, falamos de volume movimentado, em determinado intervalo de tempo, com a máxima segurança dos trabalhadores envolvidos na operação, seguindo as normas e regulamentos”, garante Teixeira.



Materiais orientam produtores sobre cuidados com o coronavírus

Publicações do Sistema FAEP/SENAR-PR trazem informações sobre cuidados com a sanidade e novas medidas trabalhistas



ATUALIZAÇÃO



Em virtude da pandemia do coronavírus, o Sistema FAEP/SENAR-PR elaborou dois materiais para auxiliar os produtores rurais em relação aos aspectos sanitários e trabalhistas estabelecidos pelos órgãos competentes. O objetivo é disponibilizar informações de fácil acesso, de modo a esclarecer as principais dúvidas e manter o setor alinhado.

A publicação “Coronavírus: Como se prevenir no campo” alerta sobre as formas de contaminação da doença e traz orientações quanto à higienização correta das mãos, utensílios, equipamentos e locais dentro da propriedade. Ainda, o material reforça os cuidados necessários durante as atividades diárias, como colheita, transporte e comercialização, e no uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes.

No segundo material, o produtor rural terá acesso às orientações trabalhistas estabelecidas pelas Medidas Provisórias (MP) 927, de 22 de março de 2020, e 936, de 1º de abril de 2020. A publicação reúne as principais normas e alternativas de enfrentamento à pandemia, cujos objetivos são a preservação do emprego e da renda e a redução dos impactos sociais e econômicos decorrentes.

Neste guia, o produtor e trabalhador rural encontra informações sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda do governo federal, que abrange as propostas de redução de jornada/salário e suspensão temporária de contrato, entre outros.

Ambos os materiais estão disponíveis na seção Serviços, do site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafaep.org.br).



Medidas econômicas e administrativas reduzem impacto no campo

Ações dos governos federal e estadual dão suporte aos produtores rurais em meio às dificuldades ocasionadas pela nova doença

As medidas restritivas para combater a disseminação do coronavírus reduziram a circulação de pessoas e, conseqüentemente, desaceleraram significativamente a economia do Brasil. Esse cenário, apesar de necessário para o combate à doença, trouxe preocupações para setores que contribuem para o desenvolvimento do Paraná e do país, caso do agronegócio.

Para amenizar os impactos negativos, os governos estadual e federal adotaram uma série de medidas econômicas e administrativas que visa auxiliar os produtores rurais neste período.

“Este é um momento de adequações e ajustes para enfrentamento de condições de mercado diferentes. O conjunto destas normas já definidas é fundamental para a preservação das atividades com viabilidade operacional e financeira, além

de assistir os produtores rurais no seu dia a dia”, destaca o coordenador do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Jeffrey Albers.

Algumas das medidas têm efeito financeiro imediato no custo de produção de uma propriedade, como a renovação do prazo do Convênio 100, manutenção da Tarifa Rural Noturna, diferimento no recolhimento do PIS/COFINS e desoneração da alíquota do IOF em financiamentos. Outras, como o adiamento da entrega da declaração do Imposto de Renda e a possibilidade de registrar perdas no Proagro de forma remota, trazem facilidade no dia a dia do produtor, além de colaborar para o isolamento social.

Confira nas próximas páginas, em detalhes, as medidas econômicas e administrativas que auxiliam os produtores rurais durante a pandemia do coronavírus:



Prorrogação do Convênio 100

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou a renovação do prazo de vigência do Convênio 100/97 até dezembro de 2020 (o prazo anterior era 30 de abril). O Convênio 100 reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de determinados insumos agropecuários nas transações interestaduais. O benefício fiscal concede redução de 30% do ICMS em fertilizantes e sementes e de até 60% em defensivos agrícolas.

Prorrogação de entrega do IR

O prazo de entrega das declarações de Imposto de Renda de Pessoas Física (IRPF) 2020 foi prorrogado por 60 dias. Com isso, o prazo, inicial de 30 de abril, passou para 30 de junho. A multa que seria aplicada para quem não entregasse a declaração na data inicial só será cobrada se o contribuinte não obedecer ao novo prazo.

A decisão atende a uma das propostas do setor rural brasileiro, construídas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em parceria com a FAEP e demais federações da agricultura do país.

Prorrogação da DAP

O prazo de validade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foi adiado por seis meses. Dessa forma, foram pror-

rogados os prazos das declarações que expirarão entre 25 de março até 31 de dezembro de 2020. A medida vale para todos os tipos de DAP ativa.

Comunicação de perdas no Proagro de forma remota

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou que produtores rurais beneficiários do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) façam a comunicação de perdas de forma remota. Os beneficiários poderão prestar as informações por e-mail, aplicativo ou outro meio a ser definido pelos bancos. As notificações poderão ser feitas até 30 de junho deste ano.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Diferimento do PIS/COFINS

O governo federal anunciou o diferimento no recolhimento do PIS/COFINS. A decisão também inclui diferimento da contribuição patronal, desoneração do IOF sobre operações de crédito, além do adiamento no prazo para entrega das declarações de IRPF. Os valores que seriam devidos em abril e maio poderão ser pagos em agosto e outubro. A ideia é injetar R\$ 80 bilhões no fluxo de caixa das empresas.

Desoneração da alíquota do IOF em financiamentos

Decreto zerou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) por três meses. As operações de crédito contratadas entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho do mesmo ano ficam com as alíquotas zeradas. O documento trata de operações como empréstimos de qualquer modalidade, financiamento para aquisição de imóveis não residenciais, adiantamento a depositante, alienação a empresas de factoring de direitos creditórios resultantes de vendas a prazo, entre outros.

Possibilidade de antecipação do Plano Safra 2020/21

Diante do cenário de incertezas, o governo federal considera antecipar o Plano Safra neste ano, normalmente lançado em junho. A antecipação seria uma forma de “dar um horizonte” aos agricultores brasileiros que fazem uso destes recursos. Tal probabilidade e as necessidades do setor serão discutidas com o Ministério da Economia.

Manutenção da Tarifa Rural Noturna

O governo do Paraná decidiu pela continuidade do benefício. A decisão teve participação ativa da FAEP que, em parceria com os sindicatos rurais, mobilizou uma reunião emergencial com os secretários de Estado e a diretoria da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A Tarifa Rural Noturna oferece um desconto de 60% na energia elétrica para consumo rural entre 21h30 e 6 horas do dia seguinte. O benefício é fundamental para a viabilidade de atividades que têm a energia como um dos principais insumos, a exemplo da avicultura, suinocultura, piscicultura e pecuária de leite. Atualmente, o programa atende 12 mil produtores em todo o Estado.

Prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental

O Instituto Água e Terra (IAT) suspendeu, por trinta dias, os prazos para licenciamentos ambientais, renovação de licenças, outorgas, defesas e recursos administrativos decorrentes de Autos de Infração Ambiental (AIA), acesso aos



autos dos processos físicos e demais procedimentos administrativos ambientais em andamento. O prazo de trinta dias pode ser prorrogado.

Apoio à agricultura familiar

O governo do Paraná anunciou a ampliação da compra direta de alimentos de pequenos produtores rurais, incluindo associações e cooperativas, para distribuição da merenda escolar. A distribuição é destinada às famílias dos estudantes da rede estadual que são cadastrados no Bolsa Família ou estão em situação de vulnerabilidade social, além de entidades sociais e hospitais filantrópicos.

Com a medida, o aporte extra será de R\$ 20 milhões e o número de agricultores familiares beneficiados passa de 22 mil para 25 mil.

Prorrogação Valor de Terra Nua

A Receita Federal do Brasil, por meio da Instrução Normativa 1939 de 2020, prorrogou o prazo para a declaração do Valor de Terra Nua (VTN) no Sistema de Preços de Terras (SIPAT). A data-limite passou a ser 30 de junho de 2020. O aumento no prazo atende a um pedido de entidades que representam o setor produtivo, incluindo a FAEP. O Valor da Terra Nua (VTN) é o valor de mercado do solo com sua superfície, bem assim das florestas naturais, das matas nativas e das pastagens naturais que integram o imóvel rural.

Pandemia derruba muçarela e muda mix do leite

Situação deste que é um dos principais derivados de leite reflete momento de incertezas vivido pelo setor produtivo, que passa por diversas mudanças no chamado mix de comercialização

A muçarela, um dos principais produtos da cadeia produtiva do leite, teve queda significativa no preço e na demanda nas últimas semanas no Estado. O derivado teve queda de 2,9% no preço e perdeu 7% no mix de comercialização em abril, comparado com março, cedendo participação para produtos como leite spot, em pó e pasteurizado. A situação é um reflexo do período de incertezas, vivido por diversos setores econômicos no Brasil e no mundo, como consequência da pandemia de coronavírus. A constatação foi um dos destaques da reunião extraordinária do Conseleite-PR, realizada nesta terça-feira (28), por meio de videoconferência.

Em porcentual, de todo o leite comercializado pelas empresas participantes do Conseleite-PR no Estado, no período analisado (de 26 de março a 24 de abril de 2020), um total de 39,2% corresponderam a muçarela. Para se ter ideia, esse valor era de 46,5% no mês de março. Parte dessa fatia de mercado foi ocupada pelo leite spot, que saltou de 3,6% para 7,1% na mesma comparação. Nesse recorte, ainda, o UHT teve aumento de participação (de 24,8% para 28,8%), o leite em pó (de 6,8% para 8,4%) e o pasteurizado (de 2% para 2,2%).

Além de terem sido verificadas mudanças no mix, o Conseleite-PR também sinalizou para uma redução no volume geral de vendas de leite e derivados. A queda no volume comercialização pelas indústrias participantes foi da ordem de 16,2% em abril, comparado com março. Pizzarias, lanchonetes e bares fechados, além da redução da renda da população e toda a situação de incertezas são apontados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), responsável pelo levantamento dos dados, como principais explicações para esses números.

Ronei Volpi, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP e da Câmara Setorial de Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), refletiu que seja qual for a situação a ser enfrentada pelo setor nos próximos meses, é preciso manter a tranquilidade e alinhar o setor produtivo de forma transparente. “É mais importante do que nunca tratarmos nossa relação de forma mais honesta possível para enfrentarmos essas dificuldades que vamos ter pela frente”, priorizou Ronei. “A medida crucial, que é de não interromper a captação de leite, está sendo conseguida, não temos notícia de interrupção no Brasil. Diferente do que ocorre em outros lugares do mundo, dos quais temos notícias de medidas nesse sentido”, completou. Para acessar outras resoluções do Conseleite-PR, entre no site: www.conseleitepr.com.br.

7%

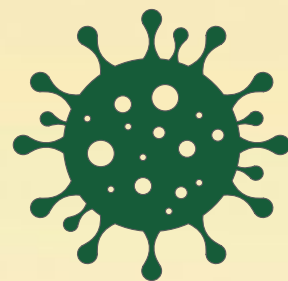
Este foi o tamanho da redução no peso da muçarela no mix de comercialização do leite no Paraná, em abril

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2020 e ABRIL/2020

Matéria-prima	Valores projetados Março/2020	Valores projetados Abril/2020	Variação (Abril - Março)	
	(leite entregue em Março a ser pago em Abril)	(leite entregue em Abril a ser pago em Maio)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,3051	1,3933	0,0882	6,76%

Como se proteger do coronavírus dentro da porteira?



Uso de água sanitária, assistência técnica remota e isolamento compõem alguns hábitos benéficos que ajudam a manter a nova doença longe do campo

Enquanto o restante do país está praticamente parado diante do risco de uma contaminação em massa, o campo segue trabalhando e produzindo. Junto com profissionais da saúde, segurança e outros serviços essenciais, o meio rural é muito importante em momentos de crise em função de produção de alimentos para a população. Dessa maneira, o produtor rural, mais do que ninguém, não pode ficar doente. Por isso, mudar alguns hábitos dentro da porteira pode ser crucial neste momento.

De acordo com a médica veterinária Roberta Züge, diretora administrativa do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS), além da função essencial que desempenham, os agropecuaristas são mais frágeis num contexto de pandemia. “De modo geral, os produtores dependem do SUS [Sistema Único de Saúde] e, às vezes, estão em municípios sem estrutura hospitalar para atender casos como esse [do coronavírus]. Outro ponto é a média de idade dos produtores, mais alta na área rural”, afirma ao referir-se à população mais vitimada pela nova doença: os idosos.

Independentemente da atividade desempenhada, uma regra geral deve ser respeitada: evitar o contato com quem vem de fora. Alguns setores, por natureza, são mais expostos ao contato interpessoal que outros. Um produtor de leite, por exemplo, precisa entregar seu produto cotidianamente, enquanto um avicultor leva, em média, 45 dias para alojar um novo lote. O perigo sempre vem de fora e é aí que o produtor deve se proteger.

“Se tiver alguma coisa que exige a presença do produtor, como durante uma entrega de leite para o caminhão do laticínio, além de manter a distância da pessoa que vem de fora, depois que ela for embora é preciso higienizar tudo que ela trouxe e também o local onde ela esteve”, orienta a médica veterinária. Para isso, uma solução barata, segundo a especialista, seria o hipoclorito, usado para limpar locais e objetos (nunca a pele), feito com uma parte de água sanitária para nove partes de água.



Porém, o ideal é que o trânsito de pessoas de fora seja evitado ao máximo. “Já existem alguns processos que não exigem ser presencial. Já tem aplicativos que permitem isso. Aquilo em que é imprescindível a presença física, por exemplo, em uma entrega de sêmen bovino, o ideal é tentar concentrar tudo numa compra só. Também pode eleger um local para a entrega, em que não precisa estar presente”, sugere. “Da mesma forma com a assistência técnica, hoje muita coisa pode ser resolvida via aplicativo de celular”, observa a diretora do CCAS.

Dentro da porteira algumas práticas também devem ser incorporadas. “Se existem funcionários que moram na propriedade, orientá-los a não ficar trazendo visitas, que não saiam muito. Também cada um tem que ter seu copo, talheres e outros utensílios pessoais. E a roda de chimarrão tem que acabar de vez”, sentencia Roberta.

Na opinião da médica-veterinária, a bovinocultura de leite seria um dos setores em que os produtores estariam mais expostos ao vírus, por conta do contato mais frequente com pessoas de fora. Por conta disso, seria necessário estabelecer protocolos de higiene pelos laticínios para reforçar a defesa contra o vírus. “Imagine se um motorista está doente? Vai contaminar a rota dele inteira”, adverte.

Em outros setores pecuários como a avicultura e a suinocultura, as próprias exigências de sanidade animal, de restrição de acesso de pessoas aos galpões, e outras práticas, já reforçam a defesa contra o novo coronavírus. Ainda, os mesmos cuidados para com esta nova doença são benéficos para evitar outras enfermidades.

“Estamos acostumados a ter pavor em relação à febre aftosa, peste suína, pois sabemos a facilidade que estas doenças têm de se espalhar e causar prejuízos. Ora, se temos uma preocupação desta com a pecuária, temos que ter com as pessoas também”, arremata a diretora do CCAS.



Subsídios internacionais

Há 22 anos, os subsídios agrícolas recebidos por produtores rurais de nações desenvolvidas preocupavam o setor produtivo paranaense. Na ocasião, havia uma grande preocupação em relação à entrada em massa de trigo produzido fora do Mercosul, de países como os Estados Unidos, que historicamente recebem aportes pesados do governo, provocando um desequilíbrio na competição com produtores de países subdesenvolvidos.

O assunto foi destaque da edição 519 do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR, publicada em março de 1998. Na ocasião, o presidente da entidade, Ágide Menequette, defendeu a adoção de medidas compensatórias, como a taxação de produtos advindos de fora do Mercosul. Desta forma, se evitaria que os produtos “de fora” pudessem “tumultuar o mercado brasileiro”.

Ainda hoje, os subsídios internacionais causam preocupação no setor produtivo do Paraná. Em fevereiro de 2019, o Boletim Informativo estampou uma matéria de capa sobre o assunto, se levantando contra a ameaça do governo brasileiro de cortar os escassos aportes na agropecuária do país. A reportagem mostrou a disparidade entre os recursos recebidos pelos produtores do Brasil e os subsídios injetados por Estados Unidos, União Europeia e China. Os cortes no Plano Safra, que se cogitava fazer, inviabilizariam o setor agropecuário brasileiro.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Boas Práticas Agropecuárias ajudam a combater o coronavírus

Medidas garantem segurança aos alimentos e aos trabalhadores envolvidos com a lavoura e a pecuária

As Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) garantem a segurança dos alimentos, do ponto de vista físico, químico e biológico. Em outras palavras, que a comida chegue saudável à mesa do consumidor, sem nenhum elemento que possa fazer mal à saúde. Mais que isso, as BPAs também asseguram a saúde dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva, por meio do uso de diversas ferramentas e procedimentos. E, muitos deles vão de encontro com as recomendações para evitar a disseminação do coronavírus. O positivo é que grande parte dos produtores do Paraná adota as Boas Práticas Agropecuárias, trazendo segurança para dentro da porteira.

No aspecto da segurança biológica, as BPAs englobam cuidados para evitar doenças que possam ser transmitidas por alimentos, seja por fungos, bactérias e vírus. “É necessário adotar esses procedimentos para ter essa segurança, pois ajuda a não disseminar doenças entre os produtores e trabalhadores”, reflete Vanessa Reinhart, técnica do Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR.

É importante lembrar que o coronavírus não se multiplica nos alimentos, então a principal preocupação se dá no sentido de evitar a disseminação da doença entre as pessoas que trabalham e/ou circulam pelas propriedades rurais. “Pelas Boas Práticas Agropecuárias é obrigatório que se disponibilize uma pia com sabonete líquido, lixeira de pedal, toalha de papel e álcool gel a todos que trabalham no local, para a higienização constante das mãos. Além disso, as superfícies onde os alimentos são manipulados precisam ser higienizáveis”, lista Vanessa.

Outro ponto crucial nas Boas Práticas Agropecuárias se refere à segurança dos colaboradores da propriedade rural. “Os trabalhadores que tiverem qualquer sintoma de qualquer doença não podem manipular os alimentos. É preciso também seguir cuidados com os EPIs [Equipamentos de Proteção Individual], que sempre devem ser higienizados após o uso e armazenados em locais protegidos de contaminação”, completa a técnica do SENAR-PR.



Os cuidados seguem durante todas as etapas da produção, incluindo o momento de mandar o produto às centrais de distribuição e/ou redes varejistas, no caso das hortaliças, por exemplo. “Tem que fazer a limpeza, a desinfecção das caixas com cloro para cada uso. Isso ajuda a não disseminar qualquer problema entre os trabalhadores, além da higienização das superfícies evitar contaminar os próprios alimentos”, alerta Vanessa.

Pecuária

Muitas das Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) aplicadas às hortaliças são parecidas com a produção de leite ou qualquer outra atividade. “O que muda são algumas exigências específicas, mas o princípio é o mesmo, de assegurar a oferta de alimentos seguros, oriundos de sistemas de produção sustentáveis, respeitando o meio ambiente e o bem-estar animal”, reflete Alexandre Lobo Blanco, também técnico do Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR.

Ainda segundo Blanco, os produtores precisam separar as áreas suja (externa) e limpa (interna) por meio de portão e sinalização contendo a política de entrada na área limpa. Os veículos devem ser estacionados em locais destinados para isso e passar por arcos de desinfecção, sempre que possível. “Outro cuidado importante é com relação ao transporte dos colaboradores, que deve preferencialmente ser feito por veículo da propriedade, com rotina de limpeza e desinfecção antes e depois”, orienta Blanco.

Para evitar contaminação por objetos, ferramentas, equipamentos ou insumos necessários para a operação dentro da porteira, o técnico do SENAR-PR recomenda que os mesmos sejam deixados no local e, se possível, passar por processo de desinfecção.

Mais dicas

O Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR preparou um documento com uma série de orientações aos produtores sobre como manter as Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) nas propriedades rurais. O material está disponível na seção Serviços, do nosso site www.sistemafaep.org.br.

Dentro da porteira

Como faz parte da legislação que regulamenta o setor rural, grande parte dos produtores do Paraná adota as Boas Práticas Agropecuárias (BPAs). Além disso, agroindústrias, laticínios, supermercados e cooperativas cobram que os produtores estejam adequados às BPAs. “Quem vende para grandes redes e cooperativas e tem selos de certificação é cobrado e auditado por essas boas práticas. Ou seja, uma parcela grande cumpre totalmente”, avalia Vanessa.

Na pecuária, a situação é semelhante. Os produtores precisam cumprir uma série de etapas como diagnóstico, plano de trabalho, treinamento das pessoas envolvidas, avaliação dos processos e auditoria externa para ser reconhecido como alguém que tem boas práticas em sua propriedade. “As BPAs estarão implantadas na propriedade apenas depois que todos os funcionários estiverem treinados e capacitados, os animais identificados, o sistema de rastreabilidade implantado e os procedimentos para execução das operações sendo cumpridos, com registros nos documentos”, enumera Blanco.

Cursos

Atualmente, o SENAR-PR oferece dois cursos voltados para as BPAs: “Boas Práticas Agrícolas - Hortifruticultura” e “Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira”. Como tendência, os cursos de BPAs do SENAR-PR foram alçados a programa especial da instituição, com o objetivo de ampliar a capacitação para outras atividades do campo.

Para saber mais sobre os cursos voltados para BPAs, acesse o site www.sistemafaep.com.br ou o aplicativo do Sistema FAEP/SENAR-PR na página app.sistemafaep.org.br e realizar o *download*.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.
- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



A PRISÃO MAIS ATERROIZANTE DO MUNDO

*Usada pela França, a Ilha do Diabo,
localizada na Guiana Francesa, abrigou mais
de 80 mil homens ao longo de 86 anos*

Localizada na Guiana Francesa, país ao Norte da América do Sul, a Ilha do Diabo foi usada pela França como parte de uma temidíssima colônia penal. Para lá era enviada gente que havia cometido crimes em território francês. O local abrigou cerca de 80 mil homens entre 1852 e 1938. O grande complexo carcerário da Ilha do Diabo também abrangia outras ilhas (como a Île Royale) e trechos do continente da Guiana Francesa.

Para chegar lá, os prisioneiros eram transportados de barco, trancados em celas minúsculas, escuras e superlotadas. Muitos morriam ao longo do trajeto, que levava dias, antes mesmo de alcançar o destino.

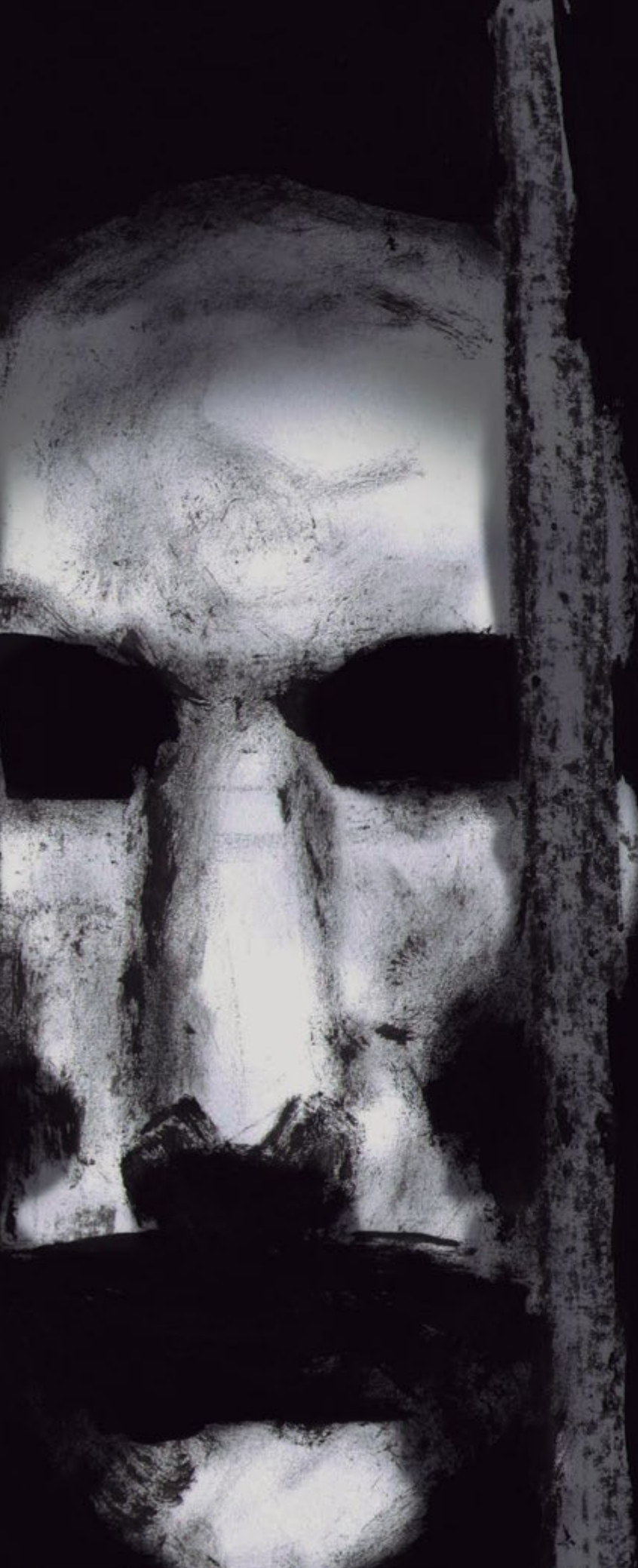
Quem conseguia sobreviver à viagem encontrava um complexo prisional assolado por um calor insuportável com celas precárias e guardas que dispensavam um tratamento duríssimo aos detentos (e que, por causa da farta vegetação que domina seu terreno, já foi apelidado de "inferno verde"). Os presos eram obrigados a resistir às inúmeras doenças tropicais que rondavam os corredores da prisão. Além disso, os detentos tinham que

trabalhar descalços na selva, expostos a todos os tipos de picadas e ataques de animais.

Ao redor da ilha nadavam centenas de tubarões alimentados com carne humana, o que era suficiente para desencorajar a ideia de fuga na maioria dos presos. Os poucos corajosos que conseguiam chegar em terra firme tinham que sobreviver sem nenhum tipo de utensílio ou ferramenta no meio da selva tropical.

Depois de cumprida a pena, os presos eram obrigados a passar um período equivalente ao vivido atrás das grades no país sul-americano. Terminado esse prazo, eles podiam voltar à França. Quase nenhum sobrevivia.

A colônia penal foi desativada em 1953. Atualmente, a Ilha do Diabo não costuma estar aberta a forasteiros, por causa das fortes correntes marítimas que a cercam. Hoje, a natureza tomou conta de grande parte das ruínas: vegetação tropical cobre diversas das construções, lindos pássaros exóticos voam no céu para lá e para cá e macacos se penduram nas árvores.



Fuga espetacular

Após vários anos na Ilha do Diabo, recebendo tratamentos desumanos, oito presidiários planejam uma fuga. Eles se dedicam a estudar o movimento das ondas e da correnteza em torno da ilha. Em suas observações, percebem que a sétima onda (contando a partir da mais fraca) é a maior e a mais forte.

A segunda parte do plano foi começar a fase de testes. Eles reaproveitaram os sacos nos quais vinham os mantimentos e os encheram de cocos – que ficavam espalhados pelo chão da ilha – até completar, aproximadamente, o peso de um homem. Os detentos lançavam esses sacos ao mar para avaliar se a força da sétima onda seria capaz de empurrá-los para longe da ilha. E, como previsto, funcionou! Ao ricochetear no penhasco, a onda levava o saco para alto-mar, onde ele era levado pela correnteza.

Na etapa final da fuga, os presos construíram uma jangada com sacos cheios de cocos, amarrados com palha e madeira da floresta. Eles esperam a onda certa se formar e lançam a embarcação ao mar. Em seguida, todos pulam do penhasco e se agarram à jangada. Eles desbravam o oceano Atlântico e ficam 60 horas à mercê da correnteza até encontrar, por fim, a liberdade.

Pelo que se sabe, todos fugiram para a Guiana Inglesa (uma colônia que ficava na costa Norte da América do Sul), onde viviam do garimpo de diamantes e ouro. Anos depois, o grupo veio para o Brasil, navegando pelo rio Demerara de barco e caminhando 23 dias pela selva até chegar a Roraima, no norte do país. Alguns ex-detentos teriam permanecido no território brasileiro, mas Henri Charrière resolveu ir para a Venezuela, onde abriu um restaurante em Caracas. Em 1968, ele publica o livro (“Borboleta”, em francês), no qual relata como conseguiu escapar da ilha sozinho, lançado na França no ano seguinte. Charrière se tornou um autor de sucesso. O livro foi traduzido para mais de 16 idiomas e adaptado para o cinema.

Coronavírus acelera criação de feiras *online* no Paraná

Diante do distanciamento social por conta da pandemia do coronavírus, com ajuda do poder público e união de produtores, surgem plataformas de compra *online*

Por Antonio C. Senkovski

A pandemia de coronavírus, que obriga o mundo todo a promover o distanciamento social como medida de prevenção, provocou uma série de mudanças na rotina das pessoas, como no comportamento de consumo. As lojas *online* têm ganhado cada vez mais espaço em praticamente todos os setores, inclusive na compra de alimentos. Se antes a venda de hortifrúteis e outros gêneros alimentícios diretamente do produtor era feita por telefone ou Whatsapp, agora se espalham pelo Paraná diversas plataformas de compra e venda pela internet.

Um desses exemplos está em Agudos do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba. Uma mobilização para a criação de uma plataforma, chamada “Banco de Alimentos”, já estava em andamento. Com a situação vivida como reflexo da nova doença, a prefeitura resolveu acelerar a entrada do projeto no ar. “Na primeira semana,

conseguimos 15 pedidos e um faturamento de R\$ 800. Na terceira semana já foram 22 pedidos e quase R\$ 1,6 mil envolvendo produtos de 33 famílias”, compartilha Lorena Manuele Teixeira da Luz, secretária de administração e finanças do município.

A feira *online* envolveu todo um trabalho de preparação puxado pelo poder público, que começou ainda em 2018. A prefeitura do município contratou técnicos, agrônomos e veterinários para identificar as propriedades existentes e os produtos cultivados. “Nosso projeto tem três propósitos principais: olhar o agricultor como empreendedor, fazer essa união entre quem produz e quem compra e unir o campo e a cidade. Com isso, conseguimos promover o desenvolvimento local do micro para o macro”, avalia Lorena.





não poderia ficar com nossos produtos”, compartilha Lucimeri. “Aí o pessoal da secretaria, todo mundo, fez um mutirão para ajudar a gente e em dois, três dias vendemos toda a alface que tínhamos ali. Tivemos um grande apoio, o pessoal da secretaria de agricultura, obras e com engenheiros agrônomos disponibilizados pela prefeitura para nos dar consultoria, revela a produtora.

Mobilização estadual

Assim como em Agudos do Sul, vários outros municípios têm apostado no Estado em lançar suas feiras on-line. Ponta Grossa, nos Campos Gerais, lançou recentemente a “Feira Fácil”. Guarapuava, por sua vez, está com a feira “Compre do Produtor” no ar. Exemplos assim são inúmeros pelo Estado. E quem tem acompanhado esse movimento e dado suporte para os produtores é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná).

Segundo Julian Mattos, da área de Organização Rural e Mercados da instituição, o IDR-Paraná orienta o produtor rural de hortifrutigranjeiros para que se organizem, especialmente, por meio de pequenas cooperativas, para que possam acessar a venda on-line. “Espera-se que se tenha alguma organização da produção e dos produtores, bem como é necessário ter alguém que abasteça essas plataformas digitais e faça a parte operacional. Os produtores familiares, em geral, ainda estão em fase de adaptação com o universo digital. Esse é um caminho muito importante para o desenvolvimento da cadeia produtiva de hortifrutis, em geral”, reflete Julian.

Por meio do Projeto Mais Gestão (parceria do IDR-Paraná com a ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), é feito um diagnóstico de organizações rurais, que aponta o nível de maturidade de cada uma. Com base nisso é proposto um projeto de gestão, de modo a encontrar soluções estratégicas, que contribuam com os objetivos dessas organizações, incluindo a gestão da comercialização.

Cadeia unida

A feira *online* deve dar um fôlego a mais para ferramentas como Whatsapp e outras redes sociais, que já vinham sendo utilizadas para a venda de hortaliças por produtores rurais no município. A produtora Lucimeri Screpez Lisboa viu nas ferramentas digitais a salvação para não perder mercadoria. Ela e a família (o marido e dois filhos) mudaram recentemente para Agudos do Sul, e fizeram um grande investimento na construção de estufas hidropônicas. Eles estavam prestes a fazer a primeira colheita quando estourou a pandemia de coronavírus, o que cancelou os contratos de compra pré-estabelecidos.

“Nós tínhamos acertado a venda da nossa produção com um cliente que distribui no ramo de lanchonetes e restaurantes, quando veio a notícia de que ele

“Os extensionistas do IDR-Paraná desenvolvem um trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com organizações rurais, buscando prepará-las para o mercado virtual, com técnicas de gestão, diferenciação de produtos, estudos de mercado e planos de logística na área de abrangência dessas organizações”, avalia Julian. “Na conjuntura atual, as vendas on-line têm sido uma orientação consistente e, por limitações logísticas, é muito importante que o agricultor familiar que deseja entrar nesse mercado, procure estar organizado, por exemplo, em cooperativas”, completa a técnica do IDR-Paraná.

Organização: chave para o sucesso

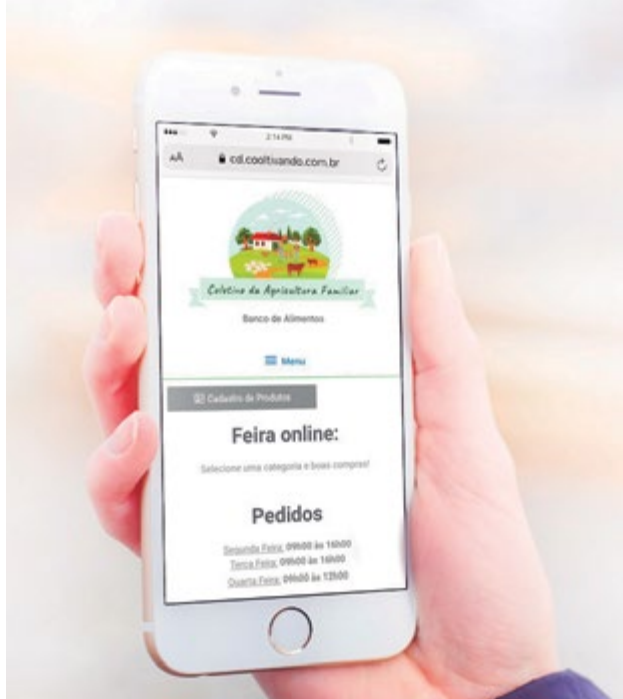
A técnica do SENAR-PR Vanessa Reinhart lembra que muitos produtores já utilizavam mídias sociais antes de haver essa movimentação e organização em lojas virtuais. “Porém, era para atender uma demanda mais localizada. Agora, uma porcentagem grande da população está optando por esse tipo de serviço, o que dificulta a organização dos produtores por Whatsapp, por exemplo”, avalia.

Para Vanessa, com o crescimento dos negócios sem uma ferramenta mais prática, eles podem perder o controle de pedidos, volume de venda e outras informações importantes para o gerenciamento da propriedade rural. “Além disso, produtores individuais dificilmente vão ter disponíveis o mix de produtos que o consumidor procura. Assim, com a organização de vários produtores em plataformas fica mais fácil a organização dos pedidos e a garantia que será fornecido um mix de produtos atrativo para o consumidor”, recomenda.

Whatsapp costuma ser o ponto de partida

Mesmo os produtores que ainda não fazem parte de uma cooperativa ou rede de mobilização também podem usar individualmente das redes sociais para suprir as demandas dos consumidores. Em Itaúna do Sul, no Noroeste do Paraná, Juliana Spinardi Silva trabalha junto com a família na produção de hortaliças. “Em 2015, montamos um grupo e os pedidos eram apenas para consumidor final. Depois que conseguimos cliente fixo, diminuí um pouco por falta de tempo, mas mesmo assim os mercados fazem pedidos pelo Whatsapp até hoje”, compartilha Juliana.

E quem tinha nas redes sociais um complemento de renda, com a pandemia passou a apostar todas as fichas nessa estratégia de venda. Maria Célia Kmiecik produz orgânicos em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, há 22 anos e vê na pandemia uma situação inédita. De repente, com o coronavírus, sua maior fonte de renda, a feira, fechou as portas. “Eu já fazia algumas entregas por Whatsapp, mas agora com a pandemia, há cinco semanas sem poder montar a feira, essa tem sido a única forma de venda”, revela. “Eu passo a lista com os produtos, a pessoa escolhe, eu colho, separo e levo, a maior parte nas próprias casas dos clientes”, conta.



Algumas feiras online pelo Paraná

Agudos do Sul – Cooltivando:
www.cd.cooltivando.com.br

Ponta Grossa – Feira Fácil:
www.educador.art.br/shopping

Guarapuava – Compre do Produtor:
www.compredoprodutor.com.br

Maringá – Natuingá
www.naturinga.commercesuite.com.br

Além disso, há inúmeros grupos de Whatsapp e organizações locais fazendo entrega a domicílio. Se tiver interesse de comprar direto de produtores, ligue para o escritório mais próximo do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) do Paraná-Iapar-Emater, cujos telefones estão disponíveis no link a seguir: bit.ly/IDRContato.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemataep.org.br





Orientação aos produtores de leite

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-PR) elaborou um material com orientações a produtores de leite do Estado sobre o que fazer para minimizar os prejuízos causados pela crise do coronavírus. O material resume as principais medidas que podem ser adotadas pelos bovinocultores nesse momento sem precedentes, em que as incertezas pairam sobre a atividade. O material completo está disponível no site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafaep.org.br).

Uso obrigatório de máscaras

O governo do Paraná determinou o uso obrigatório de máscaras a todas as pessoas que estiverem fora de sua residência enquanto durar a pandemia do coronavírus. A população de todos os 399 municípios do Estado deve utilizar, preferencialmente, máscaras de tecido confeccionadas de forma artesanal. O não cumprimento da lei pode gerar multa.



Recolhimento SENAR

A prorrogação descrita na Portaria 150 e no Ato Declaratório Executivo 14 vale para os recolhimentos ao INSS sobre a folha de pagamento dos empregados e também sobre a comercialização da produção dos produtores rurais pessoa jurídica e agroindústrias. Na lista de contribuições prorrogadas não fazem parte o recolhimento para o SENAR, assim como a Contribuição Previdenciária Rural (Funrural), descontado pelas empresas adquirentes, o Salário Educação e o Inca. No caso do SENAR e do Funrural, o desconto e o recolhimento por parte do produtor rural ocorre no momento da comercialização da produção.

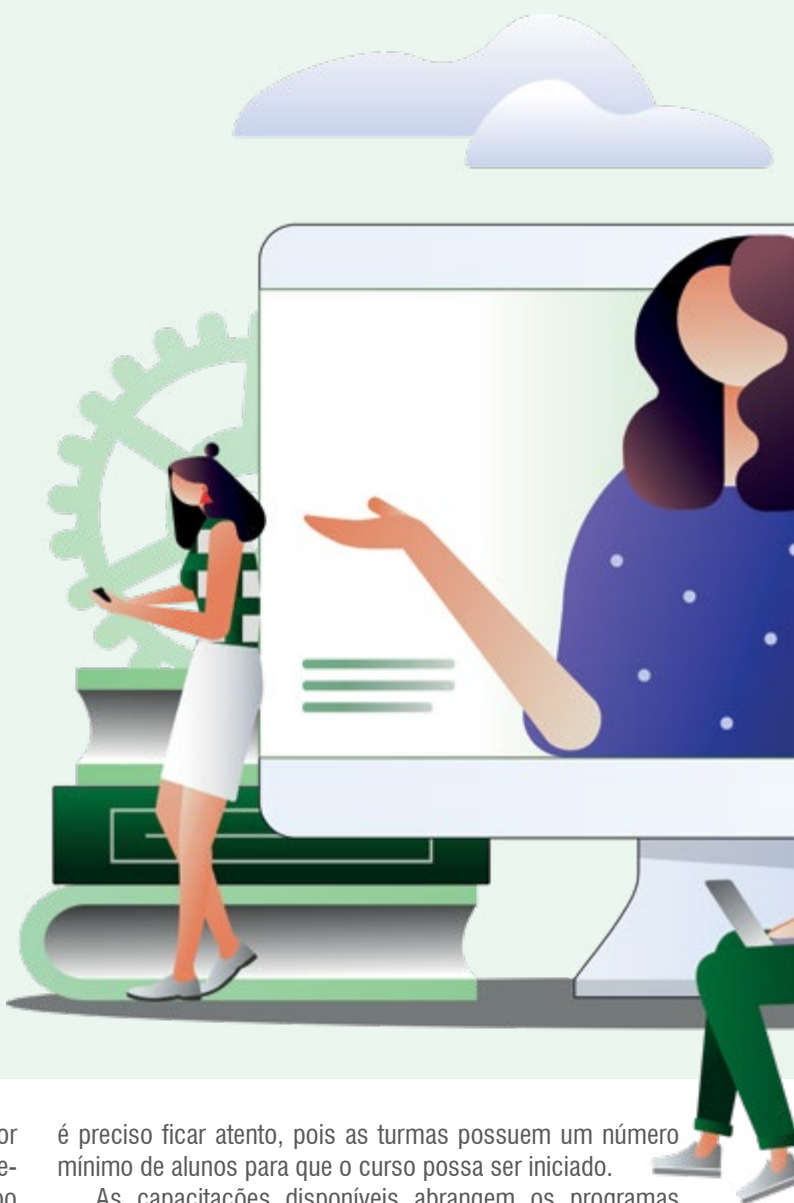


Carreata por melhores preços

No dia 25 de abril, um grupo de 120 avicultores integrados da agroindústria Avenorte, localizada em Cianorte, região Norte do Paraná, realizou uma carreata com buzinaço em frente à sede da empresa para protestar contra os baixos preços pagos aos produtores pelo quilo do frango. A manifestação foi organizada pela Associação dos Avicultores de Cianorte (Aavic) e pela Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), comitê criado junto à Avenorte justamente para equilibrar as relações entre os produtores e a agroindústria.

SENAR-PR oferece 32 cursos no formato Educação a Distância

O portal de capacitações da entidade conta com títulos em diversas áreas, além da formação dos professores do Programa Agrinho



A pandemia do coronavírus modificou, pelo menos por algum tempo, a forma de estudar e se capacitar. Com o regime de quarentena, as pessoas estão aproveitando o tempo para realizar cursos e adquirir mais conhecimento sem sair de casa. Neste contexto, a internet tornou-se uma alternativa extremamente viável e funcional para o aprendizado.

Atualmente, o SENAR-PR conta com 32 títulos, sendo 31 integralmente no formato EaD (Educação a Distância), com duração de 30 dias, e um semipresencial, de nove meses. Os cursos podem ser feitos por pessoas de qualquer região do Paraná, de acordo com os requisitos necessários (cada capacitação tem uma exigência quanto a idade e escolaridade do participante). Por meio do portal de cursos do SENAR-PR (www.senarpr.org.br), os participantes podem assistir às aulas em diferentes formatos (videoaulas, textos interativos, slides, imagens, etc), receber e enviar as atividades obrigatórias, consultar tutores e, por fim, obter o certificado do curso realizado.

No SENAR Digital, os interessados podem verificar a lista de cursos disponíveis e efetivar a inscrição em até duas capacitações simultaneamente. As inscrições permanecem abertas para todos os títulos de fevereiro a novembro. No entanto,

é preciso ficar atento, pois as turmas possuem um número mínimo de alunos para que o curso possa ser iniciado.

As capacitações disponíveis abrangem os programas “Gestão da propriedade rural” (quatro títulos), “Inclusão digital” (sete títulos), “Matemática para a vida” (seis títulos), “Português sem complicação” (três títulos) e Agrinho (11 títulos), além do semipresencial “Manejo de solo e água em propriedades rurais em microbacias hidrográficas”.

“O SENAR Digital oferta uma diversidade de materiais e objetos de aprendizagem, atendendo às necessidades específicas de cada curso. O EaD possui uma característica, a chamada linguagem dialógica, ou seja, o material didático interage com o aluno e segue o fluxo de uma conversa, despertando o interesse do mesmo, e também para que ele não se sinta sozinho no processo de aprendizagem”, destaca a técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR e uma das responsáveis pelo Programa EaD, Isabella Novinski.

Histórico

Desde 2012, o SENAR-PR investe na capacitação profissional por meio do Programa de Educação a Distância. Este



trabalho da entidade paranaense começou a dar seus primeiros passos já em 1999, em parceria com o Laboratório de Ensino a Distância (LED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A iniciativa, inclusive, colocou o SENAR-PR como pioneiro na qualificação dos produtores e trabalhadores rurais nesta modalidade de ensino.

Desde a implementação do SENAR Digital, há oito anos, foram mais de 115 mil inscrições em quase 3 mil turmas. Em 2019, cerca de 12,6 mil participantes se inscreveram nas capacitações oferecidas, completando mais de 176 mil horas de atividades na plataforma virtual. Ainda, na avaliação referente ao ano passado, mais de 90% dos alunos que concluíram pelo menos um curso consideram a experiência de ensino a distância boa ou ótima. Para 2020, a previsão é de 16,4 mil inscrições.

Fácil acesso e flexibilidade

Desde 2016, quando descobriu o SENAR Digital, a professora Ivanete Maria Valentin, de Rolândia, no Norte do Paraná, já fez oito cursos do Programa Agrinho e um curso de português. Segundo a docente, os cursos a distância são vantagio-

so, pois permitem a conciliação entre o trabalho em sala de aula e as horas de estudo, já que a plataforma está disponível 24 horas. “Sempre faço cursos EaD porque consigo complementar meu currículo e fazer meu próprio horário. O Agrinho, por exemplo, une o útil ao agradável com cursos não muito longos e conteúdos relevantes para a minha área de trabalho”, aponta Ivanete.

O Programa Agrinho é o carro-chefe do SENAR Digital, com 11 títulos destinados à formação de professores. Devido ao novo material didático instituído em 2020, estes cursos estão passando por atualizações e outros 17 serão adicionados ao catálogo virtual ainda no primeiro semestre deste ano, para acompanhar e complementar os novos conteúdos.

“O Agrinho é o maior programa de Educação a Distância que o SENAR-PR desenvolve. Trabalhamos com a formação de professores visando a atualização dos mesmos nas mais modernas tecnologias e metodologias de ensino. Esta possibilidade formativa é muito importante, visto que nem todos têm a disponibilidade de realizar outros processos de formação continuada se esta não ocorre na modalidade a distância”, afirma Patrícia Lupion Torres, idealizadora do Programa EaD e do Programa Agrinho.

Apesar do formato EaD, os títulos do Agrinho possuem atividades práticas a serem aplicadas em sala de aula pelos professores participantes, um diferencial em relação aos outros cursos. “Os títulos EaD acompanham os títulos do material físico do Agrinho. Todas as tutoras são especialistas em educação. O nível é excelente. Elas, inclusive, colaboram com o desenvolvimento do material físico e também atualizam os cursos com base na própria experiência enquanto tutoras”, reforça Isabella.

Ainda, o SENAR-PR também oferece essa equivalência para outros cursos do catálogo virtual. Ou seja, além de serem constantemente atualizados a partir da experiência dos tutores e do *feedback* dos alunos, existem capacitações da mesma área oferecidas nas modalidades presencial e EaD. “Não são exatamente o mesmo título, mas podem atender os mesmos interesses”, explica a técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Outra característica interessante é a complementação do que existe no catálogo de cursos presenciais. No caso de uma capacitação sobre gestão de custos, por exemplo, o participante pode buscar apoio em um dos títulos da área de matemática, obtendo assistência dentro do próprio SENAR-PR. “Uma das principais vantagens é a possibilidade de estudar em qualquer tempo e em qualquer espaço. No meio rural, por exemplo, muitas pessoas não estão próximas à cidade, dessa forma, conseguem investir em sua educação”, complementa Patrícia. Neste processo, os tutores também possuem um papel fundamental, acompanhando o aluno, estimulando sua participação no curso, além de dar as orientações necessárias.

Caso o participante tenha problemas com a conexão de internet, a plataforma virtual oferece como alternativa o *download* dos materiais, disponíveis offline, podendo ser acessados a qualquer hora e lugar. No entanto, essa opção é apenas para *tablets* e *smartphones*.

Governo reconhece prevalência do Código Florestal na Mata Atlântica

Com atuação direta da FAEP, decreto do Ministério do Meio Ambiente põe fim à insegurança jurídica relativa às áreas consolidadas

Por André Amorim

Chegou ao fim um impasse ambiental que vinha trazendo dor de cabeça a muitos paranaenses. No dia 6 de abril, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou, no Diário Oficial da União, o despacho 4.410/2020 revogando um despacho anterior (64773/2017), de autoria do ex-ministro da pasta, José Sarney Filho, que estabelecia que as regras para as “áreas consolidadas”, previstas no Código Florestal Brasileiro de 2012, não eram válidas no bioma Mata Atlântica.

Com base neste entendimento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multas pesadas a produtores paranaenses, mesmo que estes estivessem agindo dentro da legislação pertinente. O fim deste embaraço jurídico só foi possível por conta da ação rápida e efetiva da FAEP, dos sindicatos rurais e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). A decisão do atual ministro, Ricardo Salles, de revogar o despacho anterior, tomou como base parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) em consulta solicitada pelo setor produtivo.

Por meio das demandas dos produtores, encaminhadas pelos sindicatos à FAEP, e por esta à CNA, foi possível reunir a argumentação necessária para a construção desse entendimento. O processo envolveu várias instâncias, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Casa Civil do governo federal.

“É somente dessa forma, por meio do associativismo, do trabalho conjunto, da força que vem da união, que conseguimos

atuar de modo macro, com uma representação à altura da nossa força. Está aí, essa é a tal representatividade política de que tanto falamos”, afirma o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que participou ativamente deste processo, tendo ido à Brasília pessoalmente quando necessário.

O trabalho que levou à construção da sustentação jurídica necessária para subsidiar a decisão do atual ministro do Meio Ambiente teve participação de todo sistema associativo. Desde a sua base, o produtor, passando pelos sindicatos, pela FAEP e a CNA.

“Levantamos os casos de produtores multados na região, entramos em contato com outros Estados que tinha processos semelhantes, como Santa Catarina, fizemos um dossiê com um escritório de advocacia contratado que montou o processo e mandou para a FAEP”, conta o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho. “Foi um trabalho interessante. A FAEP comprou a ideia, levou para Brasília, a CNA trabalhou em cima disso e acertaram a vertente que seria feita essa defesa para trazer segurança jurídica para o produtor”, reforça.

No cerne desta questão estava um conflito jurídico entre os dispositivos da Lei Federal 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e o Código Florestal Brasileiro. Este último, estabelecia que as “áreas consolidadas” consistem em “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a



adoção do regime de pousio”. Ou seja, desta data de 2008 em diante, os produtores poderiam continuar desenvolvendo as atividades que já desenvolviam anteriormente, desde que não estejam em área que ofereça risco às pessoas e ao meio ambiente e que sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados pelo Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Com o despacho do então ministro Sarney Filho, estas regras deixaram de valer para a Mata Atlântica, impactando diretamente milhares de produtores paranaenses. Para ser ter ideia da abrangência dessa medida, segundo os critérios do governo federal, praticamente todo Paraná, com exceção de uma pequena faixa no Norte Pioneiro, está inserido no bioma da Mata Atlântica.

“Quem acha que Mata atlântica é só a Serra do Mar está muito enganado. Aquela medida colocou um número gigantesco de produtores na ilegalidade da noite para o dia”, afirma o presidente da Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP e presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa (Campos Gerais), Gustavo Ribas. “Esse assunto estava pacificado. A [ex-ministra do meio ambiente do governo Dilma Rousseff] Isabella Teixeira já havia dado o entendimento que o que valia era o Código Florestal, que foi uma proposta discutida com o Brasil inteiro. Mas a hora que trocou de ministro, o Sarney, da sua sala com ar-condicionado, com uma canetada mudou tudo”, lamenta Ribas.

Multas milionárias

A partir daí, o Ibama passou a realizar operações, aplicando multas pesadas aos produtores com base neste entendimento legal. Um deles, que preferiu não se identificar, contou que chegou a ser multado em mais de R\$ 1 milhão.

“Pegaram uma área com pecuária desde 1950 e multaram dizendo que tinha sido retirado campo nativo, pois a atividade não teria a comprovação de 1993, data que passou a valer o decreto [do ministro Sarney] ao invés de 2008, como está no Código Florestal. O último contrato de arrendamento que eu tinha dessa área era de 1995! Tive que procurar dados, imagens para provar que a área já era utilizada antes, foi um processo muito penoso”, relata o produtor multado.

De acordo com a técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR Carla Beck, o desentendimento por conta do despacho do então ministro Sarney Filho trouxe insegurança, principalmente para os pequenos produtores.

“Esse despacho, muitas vezes, inviabilizava a produção em pequenas áreas e invalidava o avanço trazido na área social pelo novo Código Florestal, que possibilitava à família do campo viver de suas atividades econômicas independentemente do seu tamanho”, afirma. “No Paraná, 92% das propriedades são menores que quatro módulos fiscais (72 hectares, em média). Estas foram as mais beneficiadas pelo fim dessa instabilidade jurídica”, complementa.

Na região de Guarapuava, o presidente do sindicato rural local revela que houve casos de produtores recebendo a segunda multa e gente perdendo a propriedade. “Com a decisão do ministro Salles uma parte do problema foi pacificado. Agora está sendo pedido que o Ibama anule essas multas. Vamos acompanhar para ver como vai fluir essa questão”, atenta Botelho.

Áreas consolidadas

As atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural que já existiam em APPs até 22 de julho de 2008 poderão continuar e serão consideradas áreas consolidadas, desde que não estejam em áreas de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e da água estabelecidos no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

De acordo com o Código Florestal Brasileiro, imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais, que correspondem no Paraná a uma média de 72 hectares, não precisarão recompor as reservas legais. Vale o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008. Ficando bem claro que não poderá haver nenhum desmatamento dessas áreas.

IAT disciplina vistorias ambientais durante pandemia

Orientação técnica traz inovações para que processos de licenciamento não fiquem paralisados durante período de isolamento social

Por meio de uma Orientação Técnica, o Instituto Água e Terra (IAT) regulamentou as vistorias ambientais durante a pandemia do novo coronavírus. Isso irá permitir a retomada da emissão de licenças ambientais no campo, suspensas desde que tiveram início as medidas de emergência para conter os avanços da Covid-19 no Paraná, orientadas pelo Decreto Estadual 4.230/2020, atendendo à necessidade do isolamento social.

A Orientação Técnica 1, de 24 de abril, define que, durante este período de isolamento, as vistorias presenciais serão substituídas por um Relatório Técnico e/ou Declaração elaborados por profissionais devidamente habilitados junto aos Conselhos de Classe. Segundo a técnica do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR Carla Beck, “esse documento será solicitado por técnico do IAT como complementação no processo de licenciamento”.

A orientação decorre do fato de que, mesmo em face da pandemia, o agromercado não pode parar, pois trata-se de atividade essencial a produção de alimentos. As lavouras continuam a todo vapor, os animais continuam engordando e da mesma forma os empreendimentos rurais que dependem destas licenças continuam em andamento.

Confira os principais pontos elencados e detalhados a seguir pela técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR sobre a Orientação Técnica 1 do Instituto Água e Terra do Paraná.

Quais as inovações dessa orientação técnica?

As vistorias necessárias para avaliação de processos de licenciamento ambiental deverão ser substituídas por Relatório Técnico e/ou Declaração a serem encaminhados pelos requerentes, elaborados por profissionais habilitados e acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto aos Conselhos de Classe.

Por quem deve ser solicitado o Relatório Técnico?

O Relatório Técnico e/ou Declaração deverá ser solicitado pelo técnico do Instituto Água e Terra (IAT), como complementação no processo de licenciamento, por meio do Sistema de Gestão Ambiental-SGA. Em se tratando de processos tramitando pelo Sistema de Informações Ambientais-SIA, essa complementação deverá ser solicitada por email.

Quais informações devem estar descritas e demonstradas nesse Relatório para emissão das licenças abaixo?

Para emissão de Licença Prévia (LP), Licença Ambiental Simplificada (LAS), Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR) e Licença de Operação de Regularização (LOR), o empreendedor deverá apresentar Relatório Técnico, contemplando, no mínimo, as informações abaixo relacionadas, de forma descritiva, bem como relacionadas em mapas, plantas georreferenciadas ou por meio de material fotográfico datado, fotos aéreas, imagens de satélite e outros materiais disponíveis, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:



- Área do empreendimento e sua vizinhança, especificando o tipo de ocupação;
- Indicação das distâncias entre o empreendimento e residências (casas isoladas, núcleos populacionais, dentre outras);
- Vias de acesso principais;
- Pontos de referência;
- Uso e ocupação do solo;
- Corpos hídricos existentes na área;
- Existência de nascentes e olhos d'água;
- Suscetibilidade do terreno à erosão;
- Existência de cobertura florestal informando áreas de vegetação nativa e exótica;
- Existência de áreas de preservação permanente;
- Ocorrência de Reserva Legal;
- Caracterização da geomorfologia/relevo;
- Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais na área do empreendimento e no seu entorno.

No caso de emissão de Licença de Operação (LO), quais os documentos nesse momento de crise que precisarão ser contemplados?

Para emissão de LO, o empreendedor deverá apresentar Relatório Técnico, contemplando, no mínimo, as informações abaixo:

- Laudo de conclusão de obra;
- Comprovação do cumprimento de todas as exigências e condicionantes das Licenças Previa e de Instalação;
- Implantação dos sistemas de controle de poluição ambiental com relação aos aspectos ambientais efluentes, emissões e resíduos;
- Atendimento à legislação ambiental no que se refere a ocupação de APP e de Reserva Legal;
- Relatório Fotográfico das obras implantadas.

No caso de Renovação de Licença de Operação, o que muda?

Para a Renovação de Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar Declaração expressa de que as características do empreendimento/atividade se mantêm inalteradas desde a última renovação da Licença de Operação e que atende a legislação ambiental vigente, acompanhada de relatório fotográfico.

Será necessário mais algum documento para órgão ambiental?

A entrega do Relatório Técnico e/ou Declaração apresentada pelo empreendedor deverá ser acompanhada de Declaração de Veracidade, conforme modelo do Anexo disponível no site.

Essa Orientação Técnica já está valendo? E qual é o prazo?

Sim, já está em vigor desde o dia 24 de abril, em caráter temporário durante a vigência do Decreto Estadual 4.230/2020 e Decreto Estadual 4.482/2020, enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo coronavírus. É importante ressaltar que deverá ser adicionada como condicionante obrigatória das LP, LAS, LO, RLAS, RLO, LOR e LASR:

“Esta licença foi emitida com base no relatório/declaração apresentado e de responsabilidade do empreendedor e do profissional, conforme ART - Anotação de Responsabilidade Técnica nº xxx do profissional xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com registro no respectivo Conselho de Classe (CREA-xxxx, CRQ nº xxx, CRBio nº xxxx, etc) em substituição à vistoria técnica, considerando o estabelecido no Decreto Estadual nº 4.230/2020 e Decreto Estadual 4.482/2020, sendo que o órgão ambiental fará avaliação posterior das informações apresentadas, podendo solicitar complementação ou até suspensão da presente licença”.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná / **CONSECANA-PR**

RESOLUÇÃO Nº 02 - SAFRA 2020/2021

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de abril de 2020 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam a projeção do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2020/2021, que passam a vigorar a partir de 01 de maio de 2020.

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2020/21 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,19%	69,03
AME	36,17%	65,87
EAC - ME	0,00%	-
EAC - MI	22,97%	1.875,82
EA - of	0,01%	2.065,44
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	40,32%	1.650,06
EH - of	0,34%	1.631,90

Obs: 1) EAC - ME + MI + of
EHC - ME + MI + of

22,98% 1.875,91
40,66% 1.649,91

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,19%	0,7827
AME	36,17%	0,7499
EAC - ME	0,00%	-
EAC - MI	22,97%	0,6600
EA - of	0,01%	0,7267
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	40,32%	0,6059
EH - of	0,34%	0,5992
Média		0,6707

Obs: 1) EAC - ME + MI + of
EHC - ME + MI + of

22,98% 0,6600
40,66% 0,6058

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	73,24	81,80
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	73,24	81,80

Maringá, 29 de abril de 2020

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

DAGOBERTO DELMAR PINTO / Vice-presidente

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPEC/PR
CNPJ 01.495.847/0001-57

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

					Valores em reais				
ATIVO	Nota Explic.	2019	2018	2017	PASSIVO	Nota Explic.	2019	2018	2017
Circulante		80.249.178,69	76.858.582,26	73.040.584,82	Circulante		1.201.775,62	1.129.553,96	765.446,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.124,02	3.973,08	750.404,71	Obrigações Fiscais	6	11.715,74	14.335,62	15.340,93
Aplicações Financeiras	4	79.346.089,53	76.601.428,45	72.290.180,11	Obrigações com Terceiros		0,00	0,00	200,00
Adiantamentos	5	897.965,14	253.180,73	0,00	Termo de Cooperação	7	1.190.059,88	1.115.218,34	749.905,50
Não Circulante		0,00	0,00	0,00	Patrimônio Líquido	9	79.047.403,07	75.729.028,30	72.275.138,39
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00	0,00	Patrimônio Social		75.729.028,30	72.275.138,39	67.113.129,70
Imobilizado		0,00	0,00	0,00	Superávit do Exercício		3.318.374,77	3.453.889,91	5.162.008,69
TOTAL DO ATIVO		80.249.178,69	76.858.582,26	73.040.584,82	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.249.178,69	76.858.582,26	73.040.584,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

					Valores em reais		
	Nota Explic.	2019	2018	2017			
RECEITAS							
Receitas Financeiras	8	4.174.401,09	4.357.607,89	6.489.853,42			
Total das Receitas		4.174.401,09	4.357.607,89	6.489.853,42			
DESPESAS							
Despesas Financeiras		0,00	11,70	115,50			
Despesas Tributárias	8	856.026,32	893.068,28	1.327.729,23			
Despesas com Indenizações a Produtores		0,00	10.638,00	0,00			
Total das Despesas		856.026,32	903.717,98	1.327.844,73			
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		3.318.374,77	3.453.889,91	5.162.008,69			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

					Valores em reais		
	Nota Explic.	2019	2018	2017			
Superávit do exercício		3.318.374,77	3.453.889,91	5.162.008,69			
Outros resultados abrangentes		0,00	0,00	0,00			
Total dos resultados abrangentes		3.318.374,77	3.453.889,91	5.162.008,69			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

					Valores em reais		
		2019	2018	2017			
Em 31 de Dezembro de 2016		60.721.066,08	6.392.063,62	67.113.129,70			
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social		6.392.063,62	(6.392.063,62)	0,00			
Superávit do Exercício			5.162.008,69	5.162.008,69			
Em 31 de Dezembro de 2017		67.113.129,70	5.162.008,69	72.275.138,39			
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social		5.162.008,69	(5.162.008,69)	0,00			
Superávit do Exercício			3.453.889,91	3.453.889,91			
Em 31 de Dezembro de 2018		72.275.138,39	3.453.889,91	75.729.028,30			
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social		3.453.889,91	(3.453.889,91)	0,00			
Superávit do Exercício			3.318.374,77	3.318.374,77			
Em 31 de Dezembro de 2019		75.729.028,30	3.318.374,77	79.047.403,07			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

					Valores em reais		
		2019	2018	2017			
Atividades Operacionais							
Superávit do Exercício		3.318.374,77	3.453.889,91	5.162.008,69			
Variações nos Ativos e Passivos							
Aumento em Adiantamentos		(644.784,41)	(253.180,73)	0,00			
Redução em Obrigações Fiscais		(2.619,88)	(1.005,31)	(13.827,63)			
Redução/Aumento em Obrigações com Terceiros		0,00	(200,00)	200,00			
Aumento Termo de Cooperação		74.841,54	365.312,84	749.905,50			
		(572.562,75)	110.926,80	736.277,87			
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		2.745.812,02	3.564.816,71	5.898.286,56			
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa		2.745.812,02	3.564.816,71	5.898.286,56			
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no início do período		76.605.401,53	73.040.584,82	67.142.298,26			
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no final do período		79.351.213,55	76.605.401,53	73.040.584,82			
		2.745.812,02	3.564.816,71	5.898.286,56			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná - FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território paranaense é uma sociedade sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, constituída por entidades, órgãos de classe e instituições ligadas à agropecuária e à agroindústria. O FUNDEPEC-PR está escriturado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR, sob o número 7.233, do livro A número 4, em 15 de março de 1996.

O FUNDEPEC-PR tem por finalidade atender as necessidades da agropecuária e agroindústria paranaense, visando estudar e coordenar assuntos de interesse dos setores, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito da propriedade, na economia de mercado e nos interesses do país. Seus objetivos estão descritos no artigo 4º de seu estatuto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- a) **Base para preparação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Representa saldo bancário mantido em instituições financeiras no país, com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- c) **Aplicações financeiras**
As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do fechamento do balanço, e líquido de imposto de renda retido na fonte.
- d) **Tributação**
O FUNDEPEC-PR, considerado entidade sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, pela legislação tributária brasileira, goza de isenção de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre o superávit apurado, com base no art. 15º da Lei 9.532/97 e art. 184º do RIR/18.

O FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica submetida ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, recolhe mensalmente o percentual de 4% sobre sua receita com aplicações financeiras, atendendo ao disposto no artigo 1º do Decreto Nº 8426/2015.

e) **Obrigações Fiscais**
Representa a provisão para recolhimento de tributos retidos na fonte, sobre a contratação de terceiros e sobre o rendimento de aplicações financeiras auferido em dezembro de 2019.

f) **Termo de Cooperação**
Representa o saldo do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, constituído em novembro de 2017. O Fundo de apoio foi criado conforme decisão em reunião do Conselho Deliberativo do FUNDEPEC-PR em 23/10/17 e prevê o recebimento de doações voluntárias do setor privado para investimento na estruturação da defesa sanitária do Estado do Paraná.

g) **Apuração do superávit do exercício**
O procedimento adotado pelo FUNDEPEC-PR para a apuração do Superávit do exercício social é o regime de competência.

h) **Demonstração dos fluxos de caixa**
As demonstrações de fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação	2019	2018	2017
BB – Renda Fixa DI Vig	R\$ 44.739.959,04	R\$ 42.974.751,03	R\$ 41.082.314,88
BB – Renda Fixa CP Corpor Agil	R\$ 23.118.994,61	R\$ 22.126.250,34	R\$ 21.084.286,04
CEF – FIC Sigma Ref DI	R\$ 11.145.283,21	R\$ 10.641.484,68	R\$ 10.123.079,19
BB – Conta Poupança	R\$ 287.852,67	R\$ 858.942,40	R\$ 0,00
Total	R\$ 79.346.089,53	R\$ 76.601.428,45	R\$ 72.290.180,11

5. **ADIANTAMENTOS**
O montante de R\$ 897.965,14 refere-se à antecipação de valores para a construção de um posto de fiscalização de trânsito agropecuário no município de Campina Grande do Sul/PR, com previsão de conclusão da obra para fevereiro de 2020.

6. **OBRAÇÕES FISCAIS**
As obrigações fiscais a recolher, na data do fechamento do balanço, estão assim distribuídas:

Tributo	Valor a recolher
Cofins sobre rendimentos de aplicações financeiras	R\$ 11.089,02
INSS a recolher sobre contratação de terceiro	R\$ 528,91
Imposto Sobre Serviço retido na fonte	R\$ 85,31
Pis/Cofins/CS retidos na fonte	R\$ 12,50
Total	R\$ 11.715,74

7. TERMO DE COOPERAÇÃO

Representa o saldo do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR em novembro de 2017.

	2019	2018	2017
Total de doações voluntárias recebidas	R\$ 195.000,00	R\$ 515.535,00	R\$ 750.000,00
Rendimento de conta poupança	R\$ 31.910,27	R\$ 44.943,80	R\$ 0,00
Custo para construção de postos de fiscalização de trânsito agropecuário nos municípios de Santa Mariana, Ribeirão Claro e Campina Grande do Sul	(R\$ 148.268,73)	(R\$ 187.870,16)	R\$ 0,00
Custo de emissão de boletins bancários para recebimento das doações voluntárias recebidas	(R\$ 633,80)	(R\$ 505,40)	(R\$ 94,50)
Demais custos para administração do Termo de Cooperação	(R\$ 3.166,20)	(R\$ 6.790,40)	R\$ 0,00
Saldo em 31/12	R\$ 1.190.059,88	R\$ 1.115.218,34	R\$ 749.905,50

8. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas e encargos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras estão assim discriminados:

	2019	2018	2017
Rendimento Bruto	R\$ 4.174.401,09	R\$ 4.357.607,89	R\$ 6.489.853,42
Imposto de Renda sobre Rendimentos	(R\$ 889.050,28)	(R\$ 718.763,95)	(R\$ 1.068.135,08)
COFINS sobre Rendimentos	(R\$ 166.976,04)	(R\$ 174.304,33)	(R\$ 259.594,15)
Rendimento Líquido	R\$ 3.318.374,77	R\$ 3.464.539,61	R\$ 5.162.124,19

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio líquido do FUNDEPEC-PR no final dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2019, considerada a transferência do superávit do exercício para o Patrimônio Social, o saldo desta conta é R\$ 79.047.403,07 (R\$ 75.729.028,30 em 2018 e R\$ 72.275.138,39 em 2017).

11. CONTINGÊNCIA E EVENTOS FUTUROS:

Em 31 de dezembro de 2019, e até a data de fechamentos deste relatório, não havia operações, contingências e eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos ou quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis futuras.

Agide Meneguette Presidente do Conselho Deliberativo
Ronei Volpi Diretor Executivo
Simone Maria Schmidt Contadora CO-CRC nº PR 045.388/O-9



JUSSARA

JAA

No dia 10 de dezembro de 2019, os alunos do Programa JAA realizaram uma visita técnica em uma grande propriedade rural de Jussara. O grupo foi acompanhado pela instrutora Lilian Janke. A visita foi organizada pelo Sindicato Rural de Cianorte.



CIDADE GAÚCHA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, um grupo de 14 pessoas participou do curso “Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31.8”, promovido pelo Sindicato Rural de Cidade Gaúcha. Na ocasião, as aulas foram ministradas pelo instrutor Mauro Moreira.



IPIRANGA

INCLUSÃO DIGITAL

O Sindicato Rural de Ipiranga promoveu o curso “Programa de inclusão digital - introdução a informática”, entre os dias 4 e 15 de fevereiro. O instrutor Luis Sergio Kreplki treinou 12 pessoas.



ANDIRÁ

TURISMO RURAL

O Sindicato Rural de Andirá e a Secretária do Desenvolvimento e Turismo organizaram o curso “Trabalhador em turismo rural – turismo rural e oportunidade de negócios”, nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro. O instrutor José Rivaldo dos Santos capacitou 12 pessoas.



CAMPINA DA LAGOA

JARDINAGEM

Um grupo de 10 pessoas participou do curso “Jardinagem - implementação e manutenção”, organizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa. As aulas com o instrutor Geremias Cílião de Araujo Junior aconteceram nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro.



CASCVEL

OPERAÇÃO DE DRONES

O Sindicato Rural de Cascavel e a Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel (Areac) organizaram o curso “Trabalhador volante da agricultura - agricultura de precisão - operação de drones”, entre os dias 23 e 25 de janeiro. O instrutor Arnaldo Antunes dos Santos Neto treinou oito pessoas.



PONTA GROSSA

CLASSIFICADOR DE GRÃOS

Nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro aconteceu o curso “Classificador de grãos - milho e soja”, realizado pelo Sindicato Rural de Ponta Grossa. Os 14 alunos foram treinados pelo instrutor Caetano Benassi.



PALOTINA

MANUTENÇÃO DE COLHEDORAS

O Sindicato Rural de Palotina e a Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda promoveram o curso “Trabalhador na operação e na manutenção de colhedoras automotrizes - colhedora axial - NR 31.12”, entre os dias 13 e 17 de janeiro. A instrutora Silvana e Fátima Ribeiro Olzewski capacitou nove alunos.

VIA RÁPIDA



Peixe que voa

Existem cerca de 40 espécies de peixes da família *Exocoetidae*. Na verdade, esses peixes não voam como as aves, mas pulam a uma altura considerável, abrem suas barbatanas e planam, podendo ficar no ar por até 15 segundos e atingir uma distância de 180 metros, dependendo da espécie. Ao contrário do que se pensa ser uma espécie intermediária entre peixe e ave, os peixes voadores usam este mecanismo em geral para fugirem de predadores.



Eucalipto arco-íris

A árvore é facilmente encontrada em zonas tropicais do Hemisfério Norte. O eucalipto pode chegar a 75 metros de altura e seu tronco alcançar 2,4 metros de diâmetro. O nome é muito sugestivo, já que seu tronco, conforme descasca, revelam cores distintas ao mesmo tempo, conforme a profundidade da casca. O resultado é um tronco que parece colorido a mão.

A persistência da Memória

Em 1931, a famosa obra de arte do pintor espanhol Salvador Dalí, "A persistência da Memória", foi produzida em menos de cinco horas. A história conta que o artista não estava indisposto a acompanhar sua esposa e amigos ao cinema e preferiu ficar em casa, compondo a obra. Atualmente, o quadro está exposto no museu da Arte Moderna de Nova York, nos Estados Unidos.

Cultura Clóvis

A cultura Clóvis foi uma sociedade pré-histórica que viveu na cidade de mesmo nome, nos Estados Unidos, há mais de 15 mil anos. No sítio arqueológico local foram encontrados vários artefatos rústicos do que seria a primeira civilização das Américas. Arqueólogos acreditam que este povo teria vindo da Ásia por meio do Alasca na era glacial e se estabelecido na região.



Spaghetti Eis

Em uma sorveteria de Berlim, é possível ver pessoas desfrutando um delicioso espaguete. Mas não um espaguete qualquer. Esse específico foi feito de sorvete de creme que passou por um espremedor de batatas. A sobremesa finalizada lembra um espaguete italiano com molho de tomate e queijo, substituídos por uma calda de morango e chocolate branco, respectivamente.



Girafa branca

Diferente de uma girafa albina, a espécie branca é resultado de uma leucemia que inibe a pigmentação dos tecidos. Porém, não atinge os olhos, ou seja, os indivíduos não apresentam sensibilidade ao sol. Essas girafas são extremamente raras. Há registros de que só exista um exemplar da espécie no Quênia devido as intensas caçadas na região.



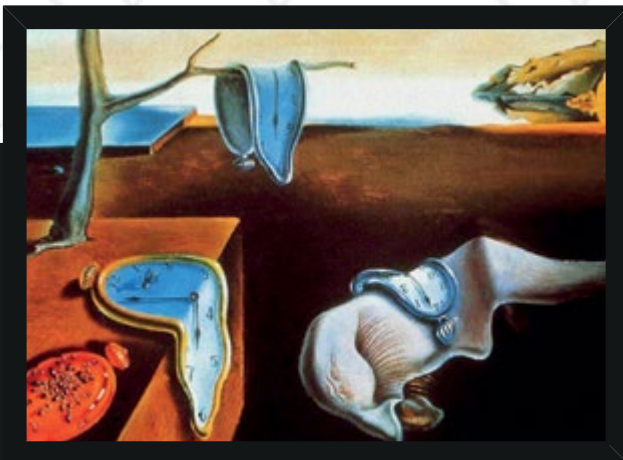
Sagrada Família

A igreja Sagrada Família, na cidade de Barcelona, na Espanha, começou a ser construída em 1882 e ainda não foi finalizada. O projeto foi assumido pelo arquiteto Antoni Gaudí, que morou na construção por 15 anos, devido a sua dedicação com a obra. Quando ela estiver finalizada, aproximadamente em 2026, a igreja será a mais alta do mundo, com 170 metros de altura.



Chuva metálica

Há quatro anos foi descoberto um exoplaneta apelidado de WASP-76b, distante 640 anos luz da Terra. Esse planeta se enquadra na mesma categoria de Júpiter, sendo um planeta gasoso. Recentemente, descobriram que lá as chuvas precipitam metais. Isso porque a temperatura local chega a 2.400°C, mais que suficiente para transformar metais sólidos em estado gasoso. Entretanto, o WASP-76b não é o planeta mais quente já encontrado. Esse posto é ocupado pelo KELT-9b, também gasoso, que atinge 4.300°C. Para comparar: a superfície do Sol tem 5.800°C.



UMA SIMPLES FOTO



AGRO PR não para

QUE TAL FAZER PARTE DESSA CORRENTE?

*Para participar da
campanha, mande uma
foto durante a atividade
no campo, seu nome e
cidade para o email:*

imprensa@faep.com.br

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável